

## A “VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA” NOS CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

### "VIOLENCE OR SERIOUS THREAT" IN CRIMES AGAINST DEMOCRATIC INSTITUTIONS

### “VIOLENCIA O AMENAZA GRAVE” EN DELITOS CONTRA LAS INSTITUCIONES DEMOCRÁTICAS

**Pedro Henrique Nunes**

Mestrando em Direito área de concentração em Direito e Processo Penal pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), São Paulo, São Paulo, Brasil.  
E-mail: nunespedro1998@gmail.com

**Silvia Beatriz Geisler Tramuja**

Mestranda em Direito na linha “Direito Econômico e Desenvolvimento” pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Bolsista CAPES PROEX. Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: silviaatramujas@gmail.com

#### RESUMO

O presente trabalho almeja uma análise dogmática sobre os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L) e golpe de Estado (art. 359-M), inseridos no Código Penal pela recente Lei n. 14.197/2021. Mais especificamente, busca-se compreender o que significam as elementares de “violência ou grave ameaça”, existentes em ambos os tipos. Afinal, em que pese referidas proibições sejam essenciais para salvaguardar as instituições democráticas brasileiras - e, por isso mesmo, têm como sanção penas severas - observa-se que o legislador se valeu de conceitos notadamente abstratos para descrever as condutas previstas nos arts. 359-L e 359-M, do Código Penal. Essa falta de clareza tornou-se ainda mais nítida com as drásticas divergências contidas nos votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, ao julgar os atos antidemocráticos de 8 de janeiro, que contou com magistrados entendendo pela atipicidade dos crimes contra as instituições democráticas, e outros concluindo por sua plena caracterização. Foi então que, analisando a ainda escassa doutrina existente sobre a nova lei, o presente estudo concluiu que para a configuração dos crimes de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, é indispensável que se esteja diante de uma violência ou grave ameaça praticada contra algum representante dos três Poderes e/ou seus auxiliares (e não sobre seus prédios e/ou outros bens materiais), de intensidade tamanha que sejam aptas, ou ao menos tenham o potencial, a realmente paralisar o exercício dos três Poderes e/ou provocar a derrocada do Governo.

**Palavras-chave:** Crimes. Instituições Democráticas. Golpe de Estado. Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito. Atos antidemocráticos do 8 de janeiro.

### ABSTRACT

This paper aims to conduct a dogmatic analysis of the crimes of violent abolition of the democratic rule of law (Article 359-L) and coup d'état (Article 359-M), recently introduced into the Brazilian Criminal Code through Law nº 14.197/2021. Specifically, it seeks to elucidate the meaning of the elements “violence or serious threat” present in both offenses. Indeed, although these prohibitions are vital for safeguarding Brazilian democratic institutions — and, for this reason, are sanctioned with severe penalties — the legislator resorted to inherently abstract concepts in describing the conduct outlined in Articles 359-L and 359-M of the Criminal Code. This lack of precision became particularly evident in the sharp divergences among the votes of the Supreme Federal Court justices during their judgment of the anti-democratic acts of January 8, where some justices found the crimes against democratic institutions to be atypical, while others fully recognized their characterization. Through an analysis of the still-limited doctrine surrounding the new law, this study concludes that for the crimes of coup d'état and violent abolition of the democratic rule of law to be constituted, it is imperative to demonstrate the existence of violence or serious threat directed against a representative of the three branches of government and/or their aides (as opposed to merely targeting their buildings and/or other material assets), with a degree of intensity capable— at least potentially - of effectively paralyzing the functions of the three branches of government and/or precipitating the government's downfall.

**Keywords:** Crimes. Democratic Institutions. Coup d'état. Violent Abolition of the Democratic Rule of Law. Anti-democratic Acts of January 8.

### RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo un análisis dogmático de los delitos de abolición violenta del Estado Democrático de Derecho (art. 359-L) y golpe de Estado (art. 359-M), insertados en el Código Penal por la reciente Ley n. 14.197/2021. Más específicamente, buscamos comprender qué significan los elementos de “violencia o amenaza grave”, que existen en ambos tipos. Al fin y al cabo, a pesar de que estas prohibiciones son esenciales para la salvaguarda de las instituciones democráticas brasileñas -y, por eso mismo, están sujetas a severas penas-, se observa que el legislador utilizó conceptos notablemente abstractos para describir las conductas previstas en los arts. 359-L y 359-M, del Código Penal. Esta falta de claridad quedó aún más clara con las drásticas divergencias contenidas en los votos de los ministros del Supremo Tribunal Federal, al juzgar los actos antidemocráticos del 8 de enero, que hicieron que algunos magistrados comprendieran la atipicidad de los crímenes contra las instituciones democráticas y otros concluyeran que estaban plenamente caracterizados. Fue

entonces que, analizando la aún escasa doctrina existente sobre la nueva ley, el presente estudio concluyó que para la configuración de los delitos de golpe de Estado y abolición violenta del Estado Democrático de Derecho, es imprescindible que se esté ante violencia o amenaza grave practicada contra algún representante de los tres Poderes y/o sus auxiliares (y no contra sus edificios y/o demás bienes materiales), de tal intensidad que sean capaces, o al menos tengan el potencial, de paralizar realmente el ejercicio de los tres Poderes y/o provocar la caída del Gobierno.

**Palabras clave:** Crímenes. Instituciones democráticas. Golpe de Estado. Abolición violenta del Estado democrático de derecho. Actos antidemocráticos del 8 de enero.

## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, logo em seu início, preceitua que o Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito. No entanto, somente mais de trinta anos depois, com a promulgação da Lei nº 14.197/2021, a figura do Estado Democrático de Direito passou a ser expressamente protegida pela instância mais rígida de proteção do ordenamento jurídico: o Direito Penal.

A despeito da importância dessa nova lei, eis que considerada um marco por romper com a antiga Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/1983), ela trouxe consigo inúmeros desafios pela sua falta de clareza. Essa afirmação, ainda que dura, se faz em razão das inúmeras questões dogmáticas controversas que, por ausência de disposição precisa, ficaram à mercê da interpretação doutrinária e jurisprudencial.

Os crimes contra o Estado Democrático de Direito são constituídos por condutas de significativa gravidade, o que pode ser aferido a partir das penas elevadas a eles atribuídas, e pela relevância primordial do bem jurídico que buscam tutelar. É o caso dos crimes contra as instituições democráticas que são a abolición violenta do Estado Democrático de Direito, prevista no artigo 359-L<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Art. 359-L. Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais: Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.

do Código Penal, e o golpe de Estado, previsto no artigo 359-M<sup>2</sup> do mesmo diploma legal, cujas penas máximas chegam a 8 e 12 anos, respectivamente.

Trata-se de tipos penais que não são exatamente novos em nosso ordenamento, mantendo estreita correlação com os artigos 17 e 18 da revogada Lei de Segurança Nacional (Lei n. 7.170/83). Ocorre que, antes de ser completamente abolida, referida lei estava em franca aplicação, sendo que, no primeiro ano do governo Bolsonaro (2019), o número de inquéritos policiais instaurados com base nela superou a casa das duas dezenas, algo que não se via desde o ano 2000. E grande parte desses casos versava justamente sobre os arts. 17 e 18, da lei revogada.<sup>3</sup>

O que se observa é que esse movimento não freou após a entrada em vigor da Lei 14.197/21. Sobretudo porque, nem bem instaurado o novo texto legal, já no início de 2023, o Brasil acompanhou seus prédios da Praça dos Três Poderes, em Brasília, serem invadidos e depredados por milhares de manifestantes, culminando nos chamados “atos antidemocráticos de 8 de janeiro”. Como resultado deste evento, centenas de envolvidos já foram – e tantos outros ainda serão – condenados pelos crimes contra as instituições democráticas. Portanto, estamos diante de delitos que, nos últimos tempos, ganharam especial relevo no cenário jurídico e político brasileiro.<sup>4</sup>

Esses crimes saltam aos olhos não só pelas suas penas máximas que atingem patamares de repreensão com regime fechado, como também pela exigência da violência ou grave ameaça para a sua consumação. Porém, diferentemente do que se tem nos tipos mais usuais de roubo e homicídio, por exemplo, para os tipos de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e

---

<sup>2</sup> Art. 359-M. Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência.

<sup>3</sup> VENTURINI, Anna Carolina; MENDES, Conrado Hübner (coords.). **Diagnóstico da aplicação da atual Lei de Segurança Nacional**. Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT). São Paulo, 20 maio 2021. Disponível em: <https://laut.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Relato%CC%81rio-LSN-formatado.vf-novo.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

<sup>4</sup> SANCHES CUNHA, Rogério; SILVARES, Ricardo. **Crimes contra o Estado Democrático de Direito**. São Paulo: JusPodivm, 2021, p. 10-11.

golpe de Estado, o conceito de violência ou grave ameaça não se revela tão familiar e incontroverso.

Assim, em tempos nos quais os recentes acontecimentos do cenário político nacional podem ser interpretados como tentativas de golpe de Estado, é importante que se discuta o que esses termos – ao menos do ponto de vista dogmático-criminal – realmente significam. Por isso, especialmente diante da quantidade diminuta de estudos sobre o assunto e a constatada insegurança jurídica do texto legal, questiona-se no presente trabalho: o que pode ser considerado violência ou grave ameaça no tipo penal de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito?

Através do método hipotético-dedutivo, estruturou-se o estudo em três seções. A primeira foi voltada a um breve recorte histórico, demonstrando que as condutas previstas nos arts. 359-L e 359-M, do Código Penal, já haviam sido utilizadas, de maneira muito similar, na antiga Lei de Segurança Nacional, o que somente reforça uma maior cautela antes de se cogitar sua aplicação, tendo em vista os vínculos autoritários ligados à lei revogada.

A segunda seção, por sua vez, foi inteiramente destinada aos desdobramentos doutrinários do que são a violência e grave ameaça para os tipos de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. E, por fim, na terceira seção, o trabalho voltou-se à análise do posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre os condenados pela prática dos atos antidemocráticos do 8 de janeiro, a fim de medir a harmonização do entendimento proferido pelos ministros frente à doutrina.

O estudo foi realizado utilizando-se de revisão bibliográfica, análise de legislação e análise de acórdão. O fio condutor do presente trabalho é a hipótese de que os conceitos de “violência” e “grave ameaça” – tal como utilizado por diversas vezes em delitos como constrangimento ilegal (CP, art. 146) e roubo (CP, art. 157) –, apenas têm sentido se praticados diretamente contra as pessoas que representam os três Poderes e/ou seus auxiliares, e que sejam significativamente graves (com recurso a algum tipo de poderio bélico, ou forças

militares ou grupos paramilitares), de modo a efetivamente representarem um risco à preservação das instituições democráticas brasileiras.

### **“NOVOS” CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO? A CONTINUIDADE DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL DE 1983 NOS TIPOS ACRESCENTADOS AO CÓDIGO PENAL**

Os novos tipos inseridos nos arts. 359-L e 359-M do Código Penal, na verdade, não criminalizam condutas de forma totalmente inédita em nosso ordenamento. Pelo contrário, como bem lembram Nilo Batista e Rafael Borges,<sup>5</sup> a responsabilização penal de alguém que pratica conduta visando a subverter o Estado pode ser remontada desde o Código Criminal de 1830, no que se denominava o crime de “insurreição” (“Tentar directamente, e por factos, destruir a Constituição Política do Imperio, ou a fôrma do Governo estabelecida”).

Contudo, é certo que, a partir da Lei de Segurança Nacional de 1983 (Lei nº 7.170/83), podemos observar uma semelhança mais pujante entre os novos tipos do Código Penal atual, e aqueles descritos nos artigos 17 e 18 da lei revogada.<sup>6</sup>

Referidos dispositivos previam a sanção penal daquele que “tentar mudar, com emprego de violência ou grave ameaça, a ordem, o regime vigente ou o Estado de Direito” (art. 17), em estreita semelhança com o tipo do art. 359-M (golpe de Estado). Por outro lado, deveria também ser responsabilizado aquele que “tentar impedir, com emprego de violência ou grave ameaça, o livre exercício de qualquer dos Poderes da União ou dos Estados”, em inegável proximidade com o crime do art. 359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito).

<sup>5</sup> BATISTA, Nilo; BORGES, Rafael. **Crimes contra o estado democrático de direito**. Rio de Janeiro: Revan, 2023, p. 83.

<sup>6</sup> Fazendo essa correlação direta entre os tipos da LSN/83 e os inseridos pela Lei n. 14.197/21, a título de exemplo: NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal**: parte especial. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023, v. 3, p. 747, e-book; SANCHES CUNHA, Rogério; SILVARES, Ricardo. **Crimes contra o Estado Democrático de Direito**. Op. cit., p. 131 e 139; BATISTA, Nilo; BORGES, Rafael. **Crimes contra o estado democrático de direito**. Op. cit., p. 86-87.

Tal semelhança implica uma cautela ainda maior na hora de se aplicar os tipos penais da nova lei. Afinal, em que pese se não possa discordar que seu bem jurídico – o Estado Democrático de Direito – seja de essencial tutela, inclusive por meio do direito penal, fato é que se está punindo por condutas idênticas àquelas que surgiram em um período de ditadura militar no Brasil – a qual, conquanto em seus últimos ciclos, ainda não era representada por um efetivo “Estado Democrático” –, com todas as mazelas que o autoritarismo vivido à época provocou.<sup>7</sup>

Tanto é assim que Luís Roberto Barroso, por exemplo, julgava que a Lei de Segurança Nacional de 1983, com todos os seus dispositivos, não se coadunava com o Estado Democrático de Direito introduzido pela Constituição de 1988. Segundo o autor

Além da inconstitucionalidade explícita de inúmeros de seus preceitos, há também, em relação a boa parte das normas da Lei nº 7.170/83, uma incompatibilidade de sistema com a nova ordem constitucional: os fatos tipificados e os valores nela considerados afastam-se dos princípios e conceitos que inspiraram a reconstrução democrática do país.<sup>8</sup>

Porém, caso se aceite uma proposição tal qual a de Barroso, seria questionável sustentar a constitucionalidade dos crimes “novos” contra as instituições democráticas, dada sua inegável semelhança com a Lei n.º 7.170/83, criticada em sua íntegra. Mesmo porque, como enfatiza Fragoso,<sup>9</sup> a doutrina de segurança nacional, principal marca do autoritarismo existente durante o regime militar, já estava claramente abandonada naquele dispositivo legal, o que é

---

<sup>7</sup> FRAGOSO, Heleno Cláudio. A nova lei de segurança nacional. **Revista de direito penal e criminologia**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 61-69, jan./jun. 1983.

<sup>8</sup> BARROSO, Luís Roberto. A superação da ideologia da segurança nacional e a tipificação dos crimes contra o estado democrático de direito. **Revista de Estudos Criminais**, n. 9, v. 2, p. 71-79, 2003, p. 73-74.

<sup>9</sup> FRAGOSO, Heleno Cláudio. A nova lei de segurança nacional. Op. cit.

corroborado por Reale Júnior e Wunderlich, em que pese apontem que, por ser uma lei de transição, a LSN/83 não abandonou às inteiras o autoritarismo.<sup>10</sup>

Eis uma das razões pela qual a posição de Sanches Cunha e Silvares aparenta harmonizar-se de forma mais coerente com o ordenamento jurídico brasileiro. Segundo os autores, “não se pode simplesmente afirmar que toda a lei estava contaminada pelo vício autoritário de origem. Era necessário, isso sim, analisar cada um de seus dispositivos, para estabelecer, caso a caso, quais sobreviveram à nova ordem constitucional e interpretá-los à luz da CF de 1988”.<sup>11</sup>

Afinal, como sustentam os autores, o simples fato de uma lei ter sido proclamada em época de exceção não a torna automaticamente inconstitucional. Basta lembrar que o Código Penal e de Processo Penal brasileiros surgiram em meio à ditadura de Getúlio Vargas, e inobstante, seguem em vigor até os dias atuais.<sup>12</sup> Além disso, os bens jurídicos tutelados pela Lei nº 7.170/83 – a integridade territorial e a soberania nacional, o regime representativo, a Federação, o Estado de Direito, e a pessoa dos chefes dos Poderes da União – continuam sendo harmônicos na ótica da Constituição de 1988.<sup>13</sup>

Com isso, não se está a insinuar que os crimes contra as instituições democráticas são desnecessários, autoritários, simbólicos ou algo do tipo. Do contrário, os bens jurídicos que buscam tutelar são indispensáveis para uma garantia completa do Estado Democrático de Direito.

Contudo, sua correlação direta com a Lei de Segurança Nacional de 1983, aliado às duras penas previstas nos tipos penais, exigem um redobrado cuidado em sua aplicação, a fim de se evitar perseguições políticas, retaliações

---

<sup>10</sup> REALE JÚNIOR, Miguel; WUNDERLICH, Alexandre. Parecer sobre a Lei de Segurança Nacional e a defesa do Estado de Direito no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 29, n. 182, p. 333-384, ago. 2021.

<sup>11</sup> SANCHES CUNHA, Rogério; SILVARES, Ricardo. **Crimes contra o Estado Democrático de Direito**. Op. cit., p. 29.

<sup>12</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>13</sup> Ibidem, p. 27-28.

desproporcionais, a banalização dos tipos legais e a utilização antidemocrática do direito penal que se faziam presentes no período ditatorial.

Afinal, leis que buscam a proteção da “segurança nacional” costumam possuir o defeito histórico de se voltar à perseguição de opositores políticos,<sup>14</sup> sendo certo que, ainda que a alteração promovida pela Lei nº 14.197/2021, ao integrar os delitos aqui analisados com o Código Penal, afaste, a princípio, seu caráter excepcional, “simples mudanças topográficas não necessariamente produzirão o efeito desejado caso a interpretação conferida pelos tribunais se distancie desse fim”.<sup>15</sup>

Daí a necessidade de se analisar com capricho os elementos que configuram a consumação desses tipos penais.

### **A “VIOLÊNCIA E GRAVE AMEAÇA” NECESSÁRIAS PARA A CONSUMAÇÃO DA “ABOLIÇÃO VIOLENTA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO” E DO “GOLPE DE ESTADO” NA LEI 14.197/21**

No Código Penal, não há uma definição expressa do que se entende por violência ou grave ameaça. Nos crimes contra a pessoa e nos crimes contra o patrimônio, nos quais a expressão é encontrada com frequência, não parece haver desafios na compreensão do seu significado. Sabe-se que uso de arma de fogo, agressão física e agressão moral são meios indiscutíveis de violência ou grave ameaça. Todavia, a compreensão se vê dificultada quando se trata dos crimes contra as instituições democráticas, que são delitos indiscutivelmente diferentes do paradigma clássico. Sendo assim, incumbe à doutrina a difícil tarefa da interpretação.

Antes de se adentrar nas concepções doutrinárias, faz-se necessário uma ressalva. Optou-se por trazer à análise os dois tipos penais – abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado – em conjunto, sem maiores

<sup>14</sup> FRAGOSO, Heleno Cláudio. A nova lei de segurança nacional. Op. cit.

<sup>15</sup> LAGO, Natasha do. A revogação da Lei de Segurança Nacional e os Crimes contra o Estado Democrático de Direito. **Revista de Direito Penal Econômico e Compliance**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 129-153, jan./mar. 2023, p. 129.

distinções, uma vez que em praticamente todos os textos usados de referência, a fundamentação encontrada foi a mesma, com singelas mudanças de um tipo penal para outro que, quando presentes, serão reportadas no trabalho. Desse modo, passa-se aos entendimentos dos doutrinadores.

Para Guilherme de Souza Nucci, tanto no crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito quanto no crime de golpe de Estado, “o meio utilizado é o emprego de violência (coerção física, força bruta) ou grave ameaça (coaçoão moral, intimidação intensa)”.<sup>16</sup> Notável das palavras do respeitável doutrinador que são abertos parênteses justamente para deixar as concepções menos abstratas e, quando os faz, reporta-se aos meios de violência e grave ameaça convencionais, que são, por sua vez, assim considerados quando direcionados a indivíduo(s).

Na mesma toada, ao falar de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, Cleber Masson explica que para a concretização do delito, “o agente se vale de violência - emprego de força física contra alguém - ou grave ameaça - promessa de mal grave, iminente e verossímil”.<sup>17</sup> Sobre esse entendimento, é interessante ressaltar que o autor deixa expresso que a violência é contra alguém, de maneira que deixa a entender que o mesmo ocorre com a grave ameaça.

Ou seja, ficam excluídas as condutas que não intentarem diretamente contra uma pessoa, descartando a possibilidade de se pensar uma violência ou grave ameaça simbólicas contra as instituições democráticas. E, neste ponto, Masson destaca que a simples assunção de querer abolir o Estado Democrático de Direito, seja no rádio, na televisão ou nas redes sociais, não é suficiente para a configuração do delito.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal**: parte especial. Op. cit., p. 747-749.

<sup>17</sup> MASSON, Cleber. **Direito Penal**: Parte Especial (arts. 213 a 359-t). 14. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024, v. 3, p. 1.059, e-book.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 1.059.

Ainda, interessante destacar no livro de Cleber Masson que, tal como a simples assunção de querer abolir, o tipo penal da abolição violenta contra o Estado Democrático de Direito também:

não se contenta com passeatas, manifestações ou qualquer tipo de agrupamento de pessoas, inclusive com o emprego de armas e repartição de tarefas, visando à extinção do regime democrático. De fato, o art. 359-L do Código Penal exige a prática efetiva prática de atos direcionados a tal finalidade, com emprego de violência ou grave ameaça.<sup>19</sup>

No que diz respeito ao crime de golpe de Estado, a fundamentação é similar, ainda que não tão detalhada. Para o doutrinador, igualmente não basta a assunção do propósito de praticar um golpe e também não basta o agrupamento de pessoas, mesmo que com armas e repetição de tarefas objetivando a deposição do governo. Segundo Masson, “o tipo penal reclama a efetiva prática de atos voltados a tal finalidade, mediante violência a pessoa ou grave ameaça”.<sup>20</sup>

Por conseguinte, de se trazer à baila os ensinamentos de Rogério Sanches Cunha e Ricardo Silveiras, que destinaram esforços para o estudo e análise de todos os crimes contra o Estado Democrático de Direito atualmente previstos. Segundo os autores, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, do artigo 359-L, e de golpe de Estado, do artigo 359-M, consumam-se com a própria tentativa de golpe, ou seja “com a prática de atos concretos, por meio de violência ou grave ameaça, que busque a mudança do regime democrático vigente”<sup>21</sup> e “com a prática de atos concretos, por meio de violência ou grave ameaça, que busque a deposição do governo”.<sup>22</sup>

Não há, na doutrina de Sanches Cunha e Silva, maiores esforços na elucidação do que seria a violência ou grave ameaça que os tipos exigem para

---

<sup>19</sup> Ibidem, p. 1.059.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 1.064.

<sup>21</sup> SANCHES CUNHA, Rogério; SILVARES, Ricardo. **Crimes contra o Estado Democrático de Direito**. Op. cit., p. 129.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 138.

a sua consumação. Todavia, destaca-se dois pontos interessantes. O primeiro refere-se à afirmação de que ambos os crimes não se consumam com a mera associação de pessoas, realização de discursos ou disseminação dessas ideias. Para eles, é preciso a efetiva tentativa de golpe.<sup>23</sup> O segundo ponto é que, no momento em que os autores falam sobre o concurso de crimes com os crimes de violência, abre-se parênteses para exemplificar com homicídio e lesões corporais, dois crimes que tutelam à pessoa. São, portanto, duas oportunidades em que se asseveram que:

À pena do art. 359-L, aplica-se aquela resultante do emprego de violência (homicídio, lesões corporais), meio para execução do golpe, em concurso formal impróprio. [...] À pena do art. 359-L, aplica-se aquela resultante do emprego de violência (homicídio, lesões corporais), meio para execução do golpe, em concurso formal impróprio.<sup>24</sup>

Nota-se, portanto, que tanto Rogério Sanches Cunhas e Ricardo Silveiras quanto Guilherme de Souza Nucci e Cleber Masson, ao exporem seus entendimentos, expressam a necessidade de se ter violência ou grave ameaça a uma pessoa para que se tenha a configuração do delito. Mais: não basta que seja contra “qualquer pessoa”, mas como coloca Diego Nunes, referindo-se ao tipo do art. 359-M, o sujeito passivo há de ser algum membro do governo.<sup>25</sup>

Outro ponto destacado por autores que tratam sobre o tema é a respeito do grau de “violência e grave ameaça” exigidos para a consumação dos delitos, sustentando a necessidade de se recorrer a algum tipo de força bélica exuberante e coordenada, que realmente tenha o potencial de ameaçar os principais meios de defesa do Estado, e colocar em xeque o Estado Democrático de Direito. É o caso de Fernando Capez (2024, p. 280) que discorre sobre a idoneidade mínima para atingir o resultado pretendido, de sorte que

---

<sup>23</sup> Ibidem, p. 129 e 138.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 126 e 135.

<sup>25</sup> NUNES, Diego. Um evidente caso de insurreição em Brasília. **Consultor Jurídico**, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-09/diego-nunes-evidente-insurreicao-brasilia>. Acesso em: 04 jul. 2024.

Para a efetividade da ação de impedir ou restringir um poder constituído é necessário o emprego de armamento com grande poder vulnerante, estrutura organizacional dotada de um mínimo de hierarquia e coordenação entre seus integrantes, com divisão de funções e comandos, com capacidade para subjugar as Forças Armadas e as polícias. Cuida-se aqui, de um verdadeiro golpe contra a democracia, sendo, portanto, necessária sua capacidade para atingir o bem jurídico tutelado. Não se confunde com baderna generalizada, invasão de edifícios públicos, ainda que com violência etc.<sup>26</sup>

Como se percebe do trecho destacado, além de exigir o emprego de armamento com grande poder vulnerante, Capez também ressalta que o crime em questão não se confunde com o que ele denomina de “baderna generalizada”, ainda que seja utilizada violência. Noutras palavras, na concepção do autor, para a consumação de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado, é preciso atos concretos que cuidem de uma verdadeira tentativa de atentar contra a democracia.

Outro autor que faz menção direta à necessidade de ostentação bélica é Cezar Roberto Bitencourt. Em sua lição, alguns pontos valem ser destacados, em especial porque se traz uma interpretação da lei que é diferente das demais vistas no que tange a quem pode praticar estes crimes. Consoante sua doutrina, os crimes contra as instituições democráticas não podem ser praticados por qualquer sujeito. Nessa linha, o autor compreende o crime do artigo 359-M como crime próprio, que só pode ser praticado pelas Forças Armadas. Segundo seu raciocínio,

Trata-se de crime próprio, que não pode ser praticado por qualquer pessoa, mas somente pode ser praticado por uma instituição pública poderosa, in casu, pelas Forças Armadas do país, ou por qualquer organização ou organismo revolucionário. Exige, portanto, qualidade ou condição especial, para poder realizar a conduta descrita neste tipo penal, e, clara e legalmente, quem pode ter referida condição são as Forças Armadas, inclusive por definição e autorização constitucional. As demais instituições públicas, ou privadas, não reúnem e não podem conseguir tais condições por mais que possam tentar arregimentar-se para tanto.<sup>27</sup>

<sup>26</sup> CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte especial – arts. 213 a 359-T. 22. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024, v. 3, p. 280, e-book.

<sup>27</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte especial. 2. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024, v. 6, p. 190, e-book.

Dessa forma, o doutrinador deixa evidente a sua compreensão de que se trata de um crime tão diferente do paradigma clássico e tão grave que somente as Forças Armadas poderiam praticar atos concretos capazes de tentar a deposição de um governo. E isso porque, para Bitencourt, apenas a ostentação bélica é o que seria suficiente para criar um efeito psicológico ou físico do uso de armas contra a população ordeira democrática e desarmada.<sup>28</sup>

No que tange ao crime de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, o autor não difere quanto ao seu posicionamento de que as Forças Armadas igualmente seriam capazes de praticá-lo, entretanto, estende a possibilidade da autoria também pela “possibilidade do surgimento de algo similar às extintas e abolidas ‘organizações revolucionárias’ com pretensão de ‘abolir de forma violenta o Estado Democrático de Direito’”.<sup>29</sup>

Apesar de que a doutrina de Bitencourt traga, neste aspecto da autoria, uma interpretação diversa das demais bibliografias estudadas, na esfera da violência e da grave ameaça a sua posição é similar. A violência ou grave ameaça para o autor também é voltada à pessoa. E, sobre isso, frisa-se que “violência física consiste no *emprego de força* contra o corpo da vítima que, na hipótese dos crimes desta Lei n. 14.197/2021, são as pessoas que habitam este país, que o integram, trabalham, criam seus filhos e contribuem para o seu crescimento”.<sup>30</sup> Já a grave ameaça, por sua vez, é para o autor uma violência moral capaz de atemorizar a vítima e impossibilitando a sua liberdade de querer e de agir, ou seja, de resistência.

Em resumo, para o doutrinador, as práticas criminosas de abolição violenta do Estado Democrático de Direito de golpe de Estado devem ser:

necessariamente, uma ameaça monumental, com demonstração de força bélica, ainda que aparente, com desfiles de carros blindados, ordem unida à tropa ou coisas do gênero, para impor medo, insegurança e risco de ruptura institucional, porque é disso que se trata neste artigo sub examine. Afora essa demonstração mínima de

---

<sup>28</sup> Ibidem, p. 188.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 187.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 188-189.

“poderio bélico” do autor para realmente levar a efeito a conduta descrita neste tipo penal, não será suficientemente idônea para tipificar esse crime, não passando de simples bravata de alguns irresponsáveis e inconsequentes querendo aparecer.<sup>31</sup>

Por isso é que a ideia de golpe, no Brasil, pode ser remontada à tentativa de golpe de Estado contra o Presidente Juscelino Kubitschek, na década de 50, mas principalmente, naquele efetivamente praticado em 1964, de cunho cívico-militar, e que estremeceu a democracia brasileira por décadas,<sup>32</sup> nas quais houve, em maior ou menor grau, o preenchimento dos pressupostos acima delineados.

Outro exemplo, mais recente, é o ocorrido na Bolívia em 2024, em que tropas militares – inclusive recorrendo ao uso de tanques –, lideradas pelo ex-comandante do Exército, invadiram o Palácio Quemado, antiga sede do governo, na tentativa de destituir o atual presidente.<sup>33</sup>

Por fim, diferente dos entendimentos acima, destaca-se o texto de Fernando Galvão. O autor expressamente admite a violência praticada contra uma coisa ou conjunto de coisas. Na sua linha de raciocínio:

A destruição da sede do governo, o dano produzido a um imóvel do ente federativo ou a local em que se encontre um símbolo do governo pode se apresentar como meio idôneo a forçar o afastamento das pessoas que sustentam o governo. A caracterização do crime por esta forma de violência pode se dar, por exemplo, pela detonação de artefatos explosivos em prédios do governo. O crime também pode ser executado com a destruição ou com a produção de danos a coisas e lugares privados para pressionar as pessoas que sustentam o governo a entregá-lo aos criminosos.<sup>34</sup>

Entretanto, em texto oriundo do capítulo anterior do mesmo livro, em que Thiago Yukio Guenka Campos aborda o crime de abolição violenta do Estado

<sup>31</sup> Ibidem, p. 189-194.

<sup>32</sup> SANCHES CUNHA, Rogério; SILVARES, Ricardo. **Crimes contra o Estado Democrático de Direito**. Op. cit., p. 137-138.

<sup>33</sup> PRESIDENTE da Bolívia diz que Forças Armadas fazem mobilização irregular. **G1**, 26 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/26/presidente-da-bolivia-diz-que-forcas-armadas-fazem-mobilizacao-irregular.ghtml>. Acesso em: 07 jul. 2024.

<sup>34</sup> GALVÃO, Fernando. Golpe de estado. In: NUNES, Diego (org.). **Crimes contra o estado democrático de direito: comentários à lei nº 14.197/2021**. São Paulo: D'Plácido, 2023, p. 97.

Democrático de Direito, há enfrentamento direto da problemática. Segundo Campos, a violência e a grave ameaça exigida no tipo penal do artigo 359-L do Código Penal devem ser exclusivamente dirigidas a pessoas. Isso porque, apesar de não haver menção explícita à necessidade de ser contra a pessoa no tipo penal, o raciocínio de que pode ser contra coisa não parece correto.<sup>35</sup>

Essa discussão, por sua vez, é gerada pela omissão legislativa quanto ao que gostaria de abranger nos conceitos de violência ou grave ameaça. Como aponta Campos, em alguns tipos penais se faz menção direta à pessoa e, noutros, não. Todavia, a imprecisão legislativa não pode servir de critério para abranger a violência contra a coisa. Em suas próprias palavras:

a violência deve ser entendida como força física empregada diretamente contra pessoas - por regra, contra integrantes dos poderes constitucionais. Assim, a dignificação de um dos prédios dos poderes constitucionais, durante um horário que estivesse absolutamente desocupado, não caracterizaria o crime do art. 359-L, por ausência de violência ou grave ameaça a pessoas.<sup>36</sup>

Isso posto, em análise aos posicionamentos trazidos, conclui-se que o legislador, ao deixar de gastar palavras para expressar aquilo que pretendia com a exigência da violência ou grave ameaça para os crimes contra as instituições democráticas, abriu margem para diferentes interpretações. Viu-se que, para os estudiosos, a violência ou grave ameaça está muito relacionada com condutas praticadas contra pessoas. Também houve doutrinadores que expuseram que, para a consumação dessa violência ou grave ameaça, somente seria possível com uma demonstração bélica anormal, capaz de subjugar os meios de defesa estatais.

Como se vê, não é possível, com a doutrina atual, traçar linhas seguras do que se entende por violência ou grave ameaça contra o Estado Democrático de Direito e ao governo – figuras que não são pessoas. O que se pode afirmar é

<sup>35</sup> CAMPOS, Thiago Yukio Guenka. Abolição violenta do estado democrático de direito. In: NUNES, Diego (org.). **Crimes contra o estado democrático de direito**: comentários à lei nº 14.197/2021. São Paulo: D'Plácido, 2023, p. 80.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 82.

que o legislador comumente atrela violência ou grave ameaça quando praticada contra pessoa e que os doutrinadores assim parecem entender. Assim, ainda que possa causar estranheza, e livre de qualquer viés político, afirma-se que condutas que não envolvem violência ou grave ameaça à pessoa são atípicas e não podem ser punidas pelas vias dos artigos 359-L e 359-M do Código Penal.

Entende-se que é possível a arguição de uma violência simbólica às instituições, no entanto, esta é atípica para estes crimes por ausência de disposição legal específica capaz de alterar os conceitos de violência ou grave ameaça atualmente admitidos.

Diante dessa constatação dogmática, proveitoso que se exponha, neste presente trabalho, a maneira com que a problemática tem sido abordada pelo Supremo Tribunal Federal nos julgamentos dos acontecimentos do dia 08 de janeiro de 2023.

## **O JULGAMENTO DOS “ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS DO 8 DE JANEIRO” PELO STF, E A (A)TIPICIDADE DOS CRIMES DOS ARTS. 359-L E 359-M, DO CÓDIGO PENAL**

Feita a análise dogmática a respeito das ponderações doutrinárias sobre a tipicidade objetiva dos crimes previstos nos arts. 359-L e 359-M, do Código Penal, convém então examinar como a questão foi abordada pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar os famigerados “atos antidemocráticos do 8 de Janeiro”. Afinal, essa foi a primeira ocasião em que os novos tipos penais ganharam tamanha repercussão, com milhares de envolvidos, além de diversas prisões cautelares, e havendo já centenas de condenados ao regime fechado, além de toda a repercussão midiática em torno do caso.

Em que pese a notoriedade da ocorrência, vale resumir que, no dia 8 de janeiro de 2023, um grupo composto por milhares de pessoas invadiu e vandalizou os prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, protestando contra a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alegando-se que teria sido eleito mediante fraude no

processo eleitoral, defendendo um golpe de Estado e clamando por uma intervenção militar no governo.

Durante a manifestação, os envolvidos teriam se valido de armas brancas (estilingues e pontas de aço, machados, facas e porretes etc.) e estariam equipados com objetos de proteção pessoal (óculos com vedação, máscaras e coletes de EVA etc.) para dificultar a paralisação do movimento pelos agentes policiais.

Segundo dados trazidos pelo Min. Alexandre de Moraes – relator do caso – com a repressão dos manifestantes pelas forças de segurança do Estado, “243 pessoas foram presas em flagrante dentro dos prédios públicos e na Praça dos Três Poderes. Na sequência, dia 9 de janeiro, 1.927 pessoas foram conduzidas à Academia Nacional de Polícia; 1.152 permaneceram presas; 775 foram liberadas”. Além disso, “foram recebidas 1.113 denúncias de crimes mais leves, [...] e oferecidas 232 denúncias pelos crimes mais graves”.<sup>37</sup> Após a instrução do processo e a apresentação de alegações finais, foram vários os acórdãos já prolatados sobre o caso, sendo que muitos processos ainda aguardam seu desfecho.

No presente trabalho, foi tomado como base exclusivamente os fundamentos utilizados pelos Ministros do Supremo no primeiro acórdão sobre o caso: a AP 1060, que condenou Aécio Lúcio Costa Pereira, identificado como um dos executores materiais dos delitos, ou seja, um dos vários responsáveis pela invasão do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.

Isso se faz relevante de destacar, pois a Suprema Corte fez uma divisão em diferentes núcleos entre aqueles que tomaram algum tipo de parte nos atos antidemocráticos, conforme a modalidade de sua participação, dividindo-se em “1) núcleo dos instigadores e autores intelectuais dos atos antidemocráticos; 2) núcleo dos financiadores dos atos antidemocráticos; 3) núcleo das autoridades

---

<sup>37</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Penal nº 1.060**, Rel.: Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, j.: 19 fev. 2024.

de Estado responsáveis por omissão imprópria, e; 4) núcleo de executores materiais dos delitos”.<sup>38</sup>

Logo, a responsabilidade de cada envolvido, e a própria adequação típica às condutas dos arts. 359-L e 359-M, vai depender da conduta que cada um tomou no dia dos fatos, e principalmente, a qual “núcleo” o sujeito pertencia.

Dito isso, no caso de Aécio Lúcio Costa Pereira, a Suprema Corte condenou-o em 14 de setembro de 2023, a 17 anos de reclusão, e ao pagamento de 100 dias-multa e R\$ 30 milhões em danos morais coletivos.<sup>39</sup> Julgamento este que, como se vê em vários dos acórdãos proferidos na sequência,<sup>40</sup> pode ser enquadrado dentre os casos considerados “mais graves” do 8 de janeiro.

Em uma votação não unânime, Aécio foi condenado pela prática dos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito (art. 359-L, do Código Penal), golpe de Estado (art. 359-M, do Código Penal), dano qualificado (art. 163, parágrafo único, incisos I, II, III e IV, do Código Penal), deterioração do patrimônio tombado (art. 62, I, da Lei 9.605/1998) e associação criminosa armada (art. 288, parágrafo único, do Código Penal).

Prosperou o voto do relator do caso, o min. Alexandre de Moraes. Segundo o magistrado, restou configurada tanto uma tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, como uma tentativa de golpe de Estado. Isso porque o movimento “variava entre ataques antidemocráticos às instituições constituídas, em especial ao Poder Judiciário, com reiterados pedidos de fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral e a conclamação das Forças Armadas para que promovessem uma intervenção militar, e a deposição do Governo legitimamente eleito”.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> STF condena mais 10 pessoas pelos atos antidemocráticos de 8/1. **Portal do STF**, 9 maio 2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=536505&ori=1>. Acesso em: 16 jul. 2024.

<sup>40</sup> Como se observa, por exemplo, das APs 1126, 1127, 1163, 1174, 1379, 1406, 1434, 1489, 1494 e 1512.

<sup>41</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Penal nº 1.060**. Op. cit., p. 55 (voto do Min. Alexandre de Moraes).

Ademais, os manifestantes teriam se valido do emprego de violência para a consecução dos seus objetivos, sobretudo porque o acesso à Praça dos Três Poderes e aos edifícios-sede não estava liberado, e os manifestantes “somente lá chegaram por meio de rompimento das barreiras fixadas e pelo enfrentamento com as forças de segurança, em especial a Polícia Militar do Distrito Federal [...] arremessando objetos como pontaletes, extintores, bolas de gude”.<sup>42</sup>

O min. Zanin seguiu o relator, e após analisar os atos de violência empregados no movimento, acrescentou que “[a] conduta executada pelo grupo constituiu meio absolutamente idôneo a forçar o afastamento dos agentes e das demais pessoas que, de forma conjugada, sustentam a própria República”, existindo a “restrição ao exercício das atividades-fim dos três poderes constitucionais que tiveram suas sedes diretamente afetadas pelos atos violentos dos golpistas”.<sup>43</sup>

Tais fundamentos, no que toca à condenação pelos tipos dos arts. 359-L e 359-M, foram também corroborados pelos ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia, Rosa Weber, Dias Toffoli, Luiz Fux e Edson Fachin.

Ocorre que, após a análise doutrinária feita no capítulo anterior, sobre os requisitos necessários para a consumação do tipo objetivo dos crimes contra as instituições democráticas, tal conclusão é questionável.

Em primeiro lugar, porque os atos de violência que foram enquadrados nos tipos teriam sido empregados contra os “prédios” dos três Poderes e bens materiais lá guarnecidos, e não contra algum representante seu. Como visto, quando o Código Penal faz referência à “violência ou grave ameaça”, assim o faz em relação a alguém, a alguma pessoa, e não contra alguma “coisa”.

Além disso, a violência ou grave ameaça deve ser realizada de forma que possa impedir o exercício dos Poderes ou consumir a deposição do governo. E a violência ocorrida contra os policiais militares – reiteradas vezes destacada no acórdão – conquanto seja inegável e altamente reprovável, tampouco serve para

---

<sup>42</sup> Ibidem, p. 60-65 (voto do Min. Alexandre de Moraes).

<sup>43</sup> Ibidem, p. 13-16 (voto do Min. Cristiano Zanin).

preencher o tipo, que mais uma vez, exige que a violência seja empregada contra um representante dos três Poderes.

Nesse sentido, nos termos assinalados pelo Min. Nunes Marques, é indispensável que “haja violência contra a pessoa – notadamente contra os representantes dos Poderes ou contra aqueles que exercem as atividades meio vinculadas às funções dos Poderes constituídos”.<sup>44</sup>

Ainda que assim não fosse, e se entendesse que a violência contra prédios e/ou forças policiais – ou seja, uma violência “simbólica” aos três Poderes – fossem aptas a caracterizar o tipo, o grau da violência ocorrida, mesmo que seja fortemente reprovável e antidemocrático, também não parece suficiente à consumação delitiva.

Isso porque, segundo o acórdão, os atos violentos teriam consistido na depredação do patrimônio público, bem como no enfrentamento das forças de segurança pelo arremesso de objetos. Alguns facões e machadinhas também teriam sido apreendidos, mas sequer há notícia de que foram desferidos contra os agentes de segurança, limitando-se, ao que tudo indica, aos bens que guarneciam os prédios do Estado.

E como visto, para a configuração dos crimes em análise, a violência deve ser de tamanha magnitude que, ainda que não praticada (afinal, o tipo pune a mera tentativa), tenha o potencial de efetivamente depor o governo, instaurar uma ditadura e/ou paralisar o exercício dos poderes. Por isso é que diversos autores, como já ilustrado, dizem estar-se diante de um crime que somente poderia ser praticado pelas Forças Armadas ou grupo paramilitar, ou ao menos, relacionam a idoneidade da violência com a demonstração de uma força bélica exuberante.

Por essa razão é que, nos dizeres do min. Nunes Marques, é inafastável que “a conduta delituosa tenha potencial lesivo de colocar em risco o Estado democrático de direito, isto é, de causar verdadeira ruptura institucional antidemocrática”, razão pela qual “[t]al crime somente é passível de cometimento

---

<sup>44</sup> Ibidem, p. 39 (voto do Min. Nunes Marques).

por organização ou organismo, em regra armado, que tenha, materialmente, poder concreto de atuação para provocar uma ruptura de tal magnitude”.<sup>45</sup>

Tal quadro, a princípio, diverge sensivelmente do ocorrido nas manifestações. Sobretudo porque, não fosse suficiente inexistir o emprego de armas de fogo ou qualquer tipo de armamento pesado, e tampouco a adesão das Forças Armadas ao movimento, os atos ocorreram não só em pleno domingo, como também durante período de recesso parlamentar e judiciário, e nem o Presidente da República, seus ministros, ou até mesmo os servidores que auxiliam no desempenho da atividade-fim do Executivo, encontravam-se presentes nos prédios invadidos.

Tais considerações foram em maior ou menor medida corroboradas também pelo Min. André Mendonça, apesar de, em seu entendimento, ter ocorrido o crime do art. 359-L, em que pese não tenha ficado muito claro os motivos que o levaram a tal conclusão, porquanto o magistrado apenas destacou que “[h]ouve, inegavelmente, turbação ao exercício dos poderes constitucionais, ainda que não tenha havido impedimento total. O tipo, porém, se satisfaz com a mera restrição ao exercício dos poderes, o que, de fato, houve, em alguma medida”,<sup>46</sup> sem maiores digressões.

De todo modo, no que toca ao crime do art. 359-M, do Código Penal, o ministro pontuou a ausência do Presidente da República no Palácio do Planalto, assim como dos Senadores e Deputados no Congresso, e que “golpe de Estado seria dado com apoio do Exército, se o Exército se mobilizasse, algo em relação ao que não se tem notícia de qualquer mínimo indício”. Assim, “sem armamento pesado, com poucas armas de fogo [...] a tentativa, em verdade, era inidônea para o fim específico do art. 359-M do Código Penal”.<sup>47</sup>

Porém, nem o min. Nunes Marques, e nem o min. André Mendonça, tiveram seus entendimentos contemplados pelos demais membros do Supremo.

---

<sup>45</sup> Ibidem, p. 39 (voto do Min. Nunes Marques).

<sup>46</sup> Ibidem, p. 18 (voto do Min. André Mendonça).

<sup>47</sup> Ibidem, p. 26-27 (voto do Min. André Mendonça).

Portanto, o que se vê é que há um descompasso entre a conclusão que preponderou no Supremo Tribunal Federal ao julgar os atos antidemocráticos do 8 de janeiro, e aquilo que parte considerável da doutrina brasileira entende como sendo os requisitos necessários para a consumação dos crimes contra as instituições democráticas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo propôs-se a analisar os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado, introduzidos pela Lei nº 14.197/2021, com foco em compreender no que consistem as elementares de “violência e grave ameaça” aptas a configurarem os crimes contra as instituições democráticas.

A análise demonstrou que essas novas tipificações não são inéditas, refletindo uma semelhança marcante com as condutas criminalizadas nos artigos 17 e 18 da revogada Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170/83). Esta continuidade levanta preocupações sobre a aplicação dos novos tipos penais, dada a origem autoritária da lei anterior e as críticas acerca de sua compatibilidade com o Estado Democrático de Direito estabelecido pela Constituição de 1988. Por isso, a aplicação das novas tipificações exige cautela para evitar abusos e garantir a proteção efetiva das instituições democráticas.

Com base nos entendimentos da doutrina a respeito dos crimes contra as instituições democráticas, concluiu-se que, para sua consumação, é imperativo que a violência ou grave ameaça sejam de tal magnitude que possam efetivamente paralisar os três Poderes da República e/ou provocar a queda do governo. Isso significa que a consumação desses delitos é inconcebível sem que haja algum recurso – ainda que apenas potencial e/ou que não passe da mera exposição – a um armamento bélico pesado, ou no mínimo haja algum tipo de aderência de grupos militares ou paramilitares, pois apenas desse modo é que se coloca em risco concreto o bem jurídico a que o delito busca proteger.


Ademais, a violência ou grave ameaça devem ser voltadas contra alguma pessoa – sejam os representantes diretos dos Poderes, a população em geral ou demais servidores que auxiliam no desempenho da atividade-fim desses Poderes – não sendo suficiente o emprego de violência contra bens materiais. Ou seja, é imprescindível que se trate da prática de atos concretos que possam colocar a democracia brasileira em xeque.

Por outro lado, observou-se que, embora a nova lei represente um marco na proteção do Estado Democrático de Direito, sua redação abstrata e a falta de clareza sobre os conceitos de “violência e grave ameaça” geram significativa insegurança jurídica. Tal afirmação fica clara ao observar as posições da doutrina sobre os crimes contra as instituições democráticas, e os entendimentos adotados pela maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal ao se debruçarem sobre a AP 1060.

Afinal, o STF condenou o acusado com base na violência contra prédios públicos e forças policiais, apesar de essas ações não atingirem diretamente os representantes dos Poderes e/ou seus auxiliares, ou a população em geral, assim como, pela forma que foi cometida (sem emprego de armamento vulnerante e durante o recesso das instituições), é questionável argumentar que poderiam colocar em jogo a democracia brasileira caso não fossem prontamente reprimidos.

Fato é que, conquanto se possa arguir, no espaço do debate, ser salutar que a violência ou grave ameaça possam ser simbólicas e não contra uma pessoa em si, o Direito Penal, dada a rigidez de sua instância, não pode se valer de interpretações extensivas *in malam partem*. É preciso ater-se estritamente aos critérios legais, não havendo espaço para a subversão de conceitos em nome de ideologias políticas.

Portanto, conclui-se que a aplicação dos artigos 359-L e 359-M do Código Penal exige uma interpretação cautelosa dos conceitos de violência e grave ameaça, tendo em vista suas duras reprimendas, e que na maior parte das vezes se está diante de condutas imprescritíveis e inafiançáveis (art. 5º, XLIV, da



Constituição da República). Assim, é necessário diferenciar tentativas de abolição e golpe de Estado daqueles atos de mera baderna e vandalismo (ainda que antidemocráticos e repudiáveis), para que a aplicação da lei seja justa e proporcional à proteção do Estado Democrático de Direito.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. A superação da ideologia da segurança nacional e a tipificação dos crimes contra o estado democrático de direito. **Revista de Estudos Criminais**, n. 9, v. 2, p. 71-79, 2003.

BATISTA, Nilo; BORGES, Rafael. **Crimes contra o estado democrático de direito**. Rio de Janeiro: Revan, 2023.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte especial. 2. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024, v. 6.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Penal nº 1.060**, Rel.: Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, j.: 19 fev. 2024.

CAMPOS, Thiago Yukio Guenka. Abolição violenta do estado democrático de direito. *In*: NUNES, Diego (org.). **Crimes contra o estado democrático de direito**: comentários à lei nº 14.197/2021. São Paulo: D'Plácido, 2023.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: parte especial – arts. 213 a 359-T. 22. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024, v. 3.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. A nova lei de segurança nacional. **Revista de direito penal e criminologia**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 61-69, jan./jun. 1983.

GALVÃO, Fernando. Golpe de estado. *In*: NUNES, Diego (org.). **Crimes contra o estado democrático de direito**: comentários à lei nº 14.197/2021. São Paulo: D'Plácido, 2023.

LAGO, Natasha do. A revogação da Lei de Segurança Nacional e os Crimes contra o Estado Democrático de Direito. **Revista de Direito Penal Econômico e Compliance**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 129-153, jan./mar. 2023.

MASSON, Cleber. **Direito Penal**: Parte Especial (arts. 213 a 359-t). 14. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024, v. 3.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal**: parte especial. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023, v. 3.

NUNES, Diego. Um evidente caso de insurreição em Brasília. **Consultor Jurídico**, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-09/diego-nunes-evidente-insurreicao-brasilia>. Acesso em: 04 jul. 2024.

PRESIDENTE da Bolívia diz que Forças Armadas fazem mobilização irregular. **G1**, 26 jun. 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/26/presidente-da-bolivia-diz-que-forcas-armadas-fazem-mobilizacao-irregular.ghtml>. Acesso em: 07 jul. 2024.

REALE JÚNIOR, Miguel; WUNDERLICH, Alexandre. Parecer sobre a Lei de Segurança Nacional e a defesa do Estado de Direito no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 29, n. 182, p. 333-384, ago. 2021.

SANCHES CUNHA, Rogério; SILVARES, Ricardo. **Crimes contra o Estado Democrático de Direito**. São Paulo: JusPodivm, 2021.

STF condena mais 10 pessoas pelos atos antidemocráticos de 8/1. **Portal do STF**, 9 maio 2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=536505&ori=1>. Acesso em: 16 jul. 2024.

VENTURINI, Anna Carolina; MENDES, Conrado Hübner (coords.). **Diagnóstico da aplicação da atual Lei de Segurança Nacional**. Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT). São Paulo, 20 maio 2021. Disponível em: <https://laut.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Relato%CC%81rio-LSN-formatado.vf-novo.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.